MESTRADO EM DIREITO - UniCEUB

2021 / II

TEORIA DO DIREITO INTERNACIONAL

PROFESSOR FRANCISCO REZEK

EMENTA: Se o mecanismo de sanções é ainda hoje, em direito internacional, mais imperfeito que na ordem jurídica interna de muitos Estados, a realidade desse direito e sua força cogente já não se contestam, sobretudo quando se admite que o consentimento é a única base possível da validade de toda norma internacional. O estudo das diversas formas do consentimento — e, assim, da gênese das regras do jogo — é o ponto de partida desta teoria geral que examina em seguida (**1**) as próprias **regras**; (**2**) os **atores**, que no essencial não mudaram; (**3**) o regime jurídico dos espaços integrantes do domínio público internacional; e finalmente (**4**) os **conflitos** internacionais, com as alternativas de solução pacífica e as expressões remanescentes do direito da guerra.

PROGRAMA:

Parte I: AS REGRAS

1. Ordem jurídica internacional: gênese e fundamento das normas internacionais. O consentimento e a falácia das alternativas. Tratado, costume, princípios gerais, decisões das organizações internacionais. Jurisprudência e doutrina, analogia e eqüidade.

2. Negociação de tratados bilaterais e coletivos. Vigência, efeitos sobre as partes e sobre terceiros. Extinção dos tratados. Conflitos entre tratados. Concorrência entre tratado e norma de direito interno: o quadro geral e a situação do Brasil à luz da carta de 1988 e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

3. O **costume** internacional: elemento material e *opinio juris*. As questões da generalidade e da hierarquia. Peculiaridade do consentimento.

4. **Princípios gerais** do direito internacional: fundamento consensual de validade. **Atos unilaterais** de alcance internacional. **Decisões de organizações internacionais**.

Parte II: OS ATORES

5. A personalidade jurídica de direito internacional. O Estado, a organização internacional, e a capacidade de celebrar tratados em nome próprio. Aberturas contemporâneas à pessoa jurídica de direito público interno, à empresa privada, ao indivíduo: o entendimento científico do fenômeno; os erros de maior incidência.

6. O Estado. Subsistência da soberania na sociedade internacional descentralizada. Os elementos constitutivos do Estado. O território do Estado. Jurisdição territorial e competência.

7. Dimensão humana do Estado. População e comunidade nacional. Nacionalidade e cidadania. Princípios gerais do direito internacional relativos à nacionalidade. A nacionalidade brasileira.

8. Condição jurídica do estrangeiro. A extradição: fundamentos, discrição governamental, controle jurisdicional. Variantes ilegais. O asilo político, territorial e diplomático.

9. Soberania. Reconhecimento de Estado e de governo. Igualdade soberana e desigualdades de fato.

10. Organizações internacionais. A personalidade jurídica derivada. Organogramas contemporâneos. Sistemas decisórios, imunidades, espécies de organizações internacionais, sistemas regionais de integração.

11. Sucessão de Estados. O princípio da continuidade e seus efeitos. Sucessão de organizações internacionais.

12. Responsabilidade internacional. Elementos essenciais. A proteção diplomática e seu declínio por força da emergência dos particulares no cenário internacional. Conseqüências da responsabilidade internacional.

13. A proteção internacional dos direitos humanos. Antecedentes da Declaração de 1948. Direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Direitos humanos de terceira geração. Sistemas internacionais de proteção.

Parte III: DOMINIO PUBLICO INTERNACIONAL

14. Conceito de domínio público. Preliminares: o pólo norte, a Antártica.

15. Estatuto jurídico do mar. Águas internas, mar territorial, zona contígua. Zona econômica exclusiva. Direitos do Estado costeiro e direitos coletivos. Plataforma continental, fundos marinhos. Alto mar. Regime jurídico dos estreitos e canais.

16. Rios internacionais. Espaço aéreo: o sistema das liberdades estatutárias. Segurança do tráfego aéreo. Normas relativas ao espaço extra-atmosférico.

17. Meio ambiente e desenvolvimento: quadro normativo contemporâneo. Atualidade e perspectivas do direito ambiental.

Parte IV: CONFLITOS INTERNACIONAIS

18. Amplitude do conceito de conflito internacional. Meios de solução pacífica. A diplomacia. Bons ofícios, consulta, mediação, conciliação.

19. Meios políticos de solução de conflitos. O sistema das Nações Unidas. Antecedentes e crise atual. Sistemas regionais e especializados *ratione materiae* de solução de conflitos.

20. Arbitragem internacional. História e atualidade. Arbitragem transnacional: peculiaridades. Natureza e características da sentença arbitral.

21. Tribunais internacionais. A Corte da Haia e sua dupla competência. Jurisdição, procedimento. Tribunais regionais e tribunais especializados *ratione materiae*.

22. O direito da guerra (*jus in bello*) e sua atualidade. Normas anteriores à proibição da guerra. O direito da Haia: guerra e neutralidade. O direito de Genebra e o imperativo humanitário. A política do desarmamento e os tratados dela resultantes. A crise da guerra total e o futuro das Nações Unidas.

AVALIAÇÃO:

A menção final será lançada à vista do desempenho de cada aluno, em escala crescente de importância: (a) na assiduidade e participação oral no curso das aulas expositivas; (b) nos pequenos textos críticos — dois ou três ao longo do semestre — preparados, sempre individualmente e no intervalo semanal entre duas aulas, sobre uma assertiva de autor contemporâneo, proposta pelo professor; (c) na exposição oral preparada sobre tema

atribuído com antecedência, e no enfrentamento das questões colocadas pelos colegas; (d) no trabalho escrito, sobre tema selecionado no programa, em entendimento com o professor, a ser preparado durante o semestre e apresentado ao final deste, de modo que não fiquem pendências para o período de recesso.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BROWNLIE, Ian. *Principles of public international law*. Oxford, Clarendon Press, 6ª edição, 2003.

CASSESE, Antonio. *International law in a divided world.* Oxford, Clarendon Press, 1992.

COMBACAU, Jean & SUR, Serge. *Droit international public*. Paris, Montchrestien, 6ª edição, 2004.

DUPUY, Pierre-Marie. *Droit international public*. Paris, Dalloz, 5ª edição, 2000.

HUSEK, Carlos Roberto. *Curso de direito internacional público*. São Paulo, LTr, 7ª edição, 2007.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de direito internacional público.* 12. ed. Rio de Janeiro, Renovar, 12ª edição (2 v.), 2000.

MIRANDA, Jorge. *Direito internacional público.* Lisboa, Pedro Ferreira Editor, 1995.

NGUYEN Quoc Dinh, DAILLIER, Patrick, FORTEAU, Mathias & PELLET, Alain. *Droit international public*. Paris, LGDJ, 8ª edição, 2010.

REZEK, Francisco. *Direito internacional público.* 17. ed. São Paulo, Saraiva, 17ª edição, 2018.

SHAW, Malcolm N. *International Law*. Cambridge, University Press, 6ª edição, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ACCIOLY, Elizabeth. *Sistema de solução de controvérsias em blocos econômicos*. Coimbra, Almedina, 2004.

BEDJAOUI, Mohammed. *Nouvel ordre mondial et contrôle de la légalité des actes du Conseil de securité*. Bruxelas, Bruylant, 1994.

BOWETT, D. W. *The International Court of Justice: process, practice and procedure*. Londres, The British Institute of International and Comparative Law, 1997.

BRANT, Leonardo Nemer Caldeira. *A autoridade da coisa julgada no direito internacional público*. Rio de Janeiro, Forense, 2001.

GUILLAUME, Gilbert. *Les grandes crises internationales et le droit*. Paris, Editions du Seuil, 1994.

HARDY, Michael. *Modern diplomatic law*. Manchester University Press, 1968.

HIGGINS, Rosalyn. *Problems and process: International law and how we use it*. Oxford, Clarendon Press, 1994.

HUCK, Hermes Marcelo. *Da guerra justa à guerra econômica: uma revisão sobre o uso da força em direito internacional*. São Paulo, Saraiva, 1996.

JENKS, C. Wilfred. Some constitutional problems of international organizations; *BYIL* (1945), v. 22, p. 11 e ss.

KELSEN, Hans. *Recent trends in the law of the United Nations (a supplement to "The law of the United Nations")*. Londres, Stevens, 1951.

LAFER, Celso. *A OMC e a regulamentação do comércio internacional: uma visão brasileira*. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1998.
_____ . A diplomacia brasileira e o terrorismo; *Terrorismo e direito*, Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 103 e ss.

LAUTERPACHT, Hersch. *The development of international law by the International Court*. Londres, Stevens, 1958.

MBAYE, Kéba. L'intérêt pour agir devant la Cour Internationale de Justice. *Recueil des Cours* (1988), v. 209, p. 223 e ss.

McNAIR, Arnold Duncan. Les effets de la guerre sur les traités; *Recueil des Cours* (1937), v. 59, p. 527 e ss.

McWHINNEY, Edward. The US/British invasion of Iraq and the United Nations Charter prohibition of the use of force: the paradox of unintended consequences; *Chinese Journal of International Law* (2003), v. 2.2, p. 571 e ss.

MELLO, C. D. de Albuquerque. *Guerra interna e direito internacional*. Rio de Janeiro, Renovar, 1985.

MORELLI, Gaetano. La théorie générale du procès international; *Recueil des Cours* (1937), v. 61, p. 257 e ss.

PASTOR-RIDRUEJO, José Antonio. Le droit international à la veille du XXe. siècle: normes, valeurs et faits; *Recueil des Cours* (1988), v. 274, p. 9 e ss.

PELLET, Alain. Terrorismo e guerra: o que fazer das Nações Unidas?; *Terrorismo e direito*, Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 173 e ss.

REZEK, J. F. *Direito dos Tratados.* Rio de Janeiro, Forense, 1984.

———————— Le Droit International de la Nationalité. *Recueil des Cours* (1986), v. 198, p. 350 e ss.

ROCHA, Francisco Ozanan Gomes. *The International Tribunal for the Law of the Sea*. Hamburgo, Universitätspublikationen, 2001.

ROSENNE, Shabtai. *The law and practice of the International Court, 1920-1996*. Haia, Martinus Nijhoff, 1997. 4 v.

RUZIÉ, David. *Organisations internationales et sanctions internationales*. Paris, Armand Colin, 1971.

SCHWEBEL, Stephen M. *International arbitration: three salient problems*. Cambridge, Grotius, 1987.

SOHN, Louis B. Settlement of disputes relating to the interpretation and application of treaties; *Recueil des Cours* (1976), v. 150, p. 195 e ss.

STURZO, Luigi. *The international community and the right of war*. Nova York, Howard Fertig, 1970.

VELLOSO, Ana Flávia. O terrorismo internacional e a legítima defesa no direito internacional: o artigo 51 da Carta das Nações Unidas; *Terrorismo e direito*, Rio de Janeiro, Forense, 2003, p. 183 e ss.